

1 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2 SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE

3 CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

4 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

5 **DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

6 Aos vinte dias de fevereiro de dois mil e dezoito, deu-se início às dez horas e treze
7 minutos a Reunião do Conselho Estadual de Saúde (CES-RJ), na Rua México, número
8 cento e vinte e oito, décimo andar, no auditório. Presentes os Senhores Conselheiros
9 Maurício Carlos Araujo Ribeiro (SES/RJ) – suplente da presidência, Patricia Sant'Anna
10 (SES/RJ), Dulcemary da Silva Serra (SES/RJ), Monica Morissy (SES/RJ), Miroval
11 Santos Souza (SES/RJ), Celso Vergne (SES/RJ), Tereza Cristina A. Fernandes
12 (COSEMS), Rosaura Rocha Lima (FEMERJ), Francinete da Conceição A. Carmo
13 (SASERJ), Denise Resende Sanches (SINDENFRJ), Rosa Domeni dos Santos
14 (SINMED), José Augusto da Silva (SINTRASEF), Maria de Fátima B. Belerique
15 (SINFERJ), Francisco Claudio de S. Melo (SINFAERJ), Andrea Longo Hummel
16 (CREFONO), Newton Dias Lourenço (CRB-02), Renata Campos Velasque (CREFITO),
17 Luciene Abreu Santos (CREFITO), Alexandre Vasilenskias (CRP), Monica Simone
18 Pereira Olivar (CRESS), Solange Gonçalves Belchior (ABEN), Marcio Berman
19 (ASSSERVISA), Everaldo T. do Nascimento Filho (ADRETERJ), Roque Pereira da
20 Silva (AMORVIT), Cosme Francisco Toscano (AMORVIT), Zaira Vanea Gomes da
21 Costa (AFARJ), Marcellus Cesar Gomes Brito (AFARJ), Elias José da Silva (ATPBSF),
22 Theodoro Bento da Silva (ATPBSF), Nanci Rodrigues Santos (UNEGRO), Ludugério
23 Antonio da Silva (FAMERJ), Katia Lopes Siqueira (FAFERJ), Miguel Jorge Gomes de
24 Oliveira (CMS Seropédica), Maria de Fatima Gustavo Lopes (CMS Rio de Janeiro),
25 Paulo Filgueiras Tavares (CMS Mangaratiba), Messias Neves da Silva (CMS
26 Araruama), Sandra Brandão da Silva (CMS Arraial do Cabo), Mara Dalila Oliveira (CMS
27 Paty do Alferes), Sebastião Piraí (CMS Macaé), Argemiro Estevam de Araujo (CMS
28 Quissamã), Paulo Roberto de Oliveira (CMS Barra do Piraí), Luzia Aparecida da S.
29 Quintino (CMS Volta Redonda), Marinete de Paula (CMS Tanguá), Eliane Santos (CMS
30 Nova Friburgo). Justificaram suas ausências os Senhores Conselheiros Mara Christina
31 M. Freire (CRN), Sylvia Helena Daflon de Sousa (MORHAN), Luiza de Fatima Dantas
32 (CUT/RJ), Maria Cristina R. Teixeira (CMS Vassouras), Harley Oliveira da Silva (CMS
33 Miracema) e Fernando Cesar Faria Goulart (CMS São Gonçalo). Presente a Equipe do

34 CES-RJ de Apoio à Plenária composta por: Flavio Campos da Silva - Secretário
35 Executivo, Marineide Amaral dos Santos, Solange Balieira Monteiro, Rosangela de
36 Araujo Cunha, Marilda de Souza Borges, Larissa Mendes Lira, Marcella Serpa dos
37 Santos de Araújo e Daniel Reynaldo Spirin. A Conselheira Solange Gonçalves Belchior,
38 coordenadora da Comissão Executiva, verificou o quórum com vinte e oito presentes,
39 vinte e um votantes e leu o Ato de Convocação composto da seguinte forma: I -
40 Verificação do Quórum; II - Leitura e Aprovação do Ato de Convocação; III – Ordem do
41 Dia: I. Aprovação das atas dos dias dezesseis, vinte e três e trinta de janeiro de dois mil
42 e dezoito, II. Condições de funcionamento do CES, relação SESxCES e atuação da
43 presidência na gestão do Conselheiro Luiz Antônio de Souza Teixeira Junior, III.
44 Homologação da Comissão Eleitoral, IV. Vistas dos Conselheiros Nanci Rodrigues
45 Santos e Miguel Jorge Gomes de Oliveira da Apresentação do primeiro e segundo
46 quadrimestre de dois mil e dezessete; IV – Informes. O Conselheiro Elias José da Silva
47 perguntou se os quatro nomes que deveriam ser indicados até o dia dezoito para a
48 Comissão Eleitoral foram indicados. O Conselheiro Miguel Jorge Gomes de Oliveira
49 esclareceu que se os nomes não tivessem sido indicados, a discussão sairia da pauta,
50 conforme definido na última reunião plenária. Apenas duas pessoas teriam se
51 candidatado, Sr. Paulo Filgueiras Tavares e Sr.^a Katia Lopes Siqueira. O Conselheiro
52 Messias Neves da Silva também se candidatou no andamento da reunião, dizendo que
53 não oficializou por e-mail por não utilizar a ferramenta e por não estar na reunião
54 anterior na qual indicaram os nomes. O Conselheiro Miguel Jorge Gomes de Oliveira
55 disse que o que foi aprovado pelo pleno era que se não fossem indicados até o dia
56 anterior seria automaticamente tirado de pauta. A Conselheira Eliane Santos perguntou
57 como seria discutido o ponto com apenas três indicados. A Conselheira Katia Lopes
58 Siqueira comunicou que o Conselheiro Carlos Nicodemos teria se candidatado para
59 compor a Comissão, mas não estava presente, pois precisou comparecer a uma
60 audiência. A Conselheira Sandra Brandão da Silva foi da opinião de que estavam
61 postergando a eleição. A Conselheira Renata Campos Velasque disse que já tinham os
62 quatros indicados e que não entendia o problema de homologarem os nomes. A
63 Conselheira Rosaura Rocha Lima foi da opinião de que erraram ao colocar em pauta o
64 assunto quando não houve os quatro indicados e que a mesa deveria ter consultado se
65 o pleno gostaria de homologar. A Conselheira Solange Gonçalves Belchior disse sentir
66 muito que a discussão se estendia há quarenta minutos, pois havia dois pontos

67 importantes a serem discutidos e estavam discutindo se haveria eleição ou não. Em
68 regime de votação, mantiveram o item três da pauta com dezoito a favor, nenhum voto
69 contrário e duas abstenções. A Conselheira Rosaura Rocha Lima declarou seu voto
70 dizendo que, se foi votado no outro pleno a retirada, na reunião corrente deveria ser
71 votado inclusão da pauta. A Conselheira Eliane Santos em sua abstenção acompanhou
72 a abstenção da Conselheira Rosaura Rocha Lima. O Conselheiro Miguel Jorge Gomes
73 de Oliveira solicitou inclusão de pauta para apresentar o calendário de eventos do
74 Conselho Estadual de Saúde (CES) para o ano de dois mil e dezoito pela Comissão de
75 Educação Permanente. A inclusão de pauta foi aprovada com dezoito votos a favor,
76 nenhum contrário e uma abstenção. A Conselheira Solange Gonçalves Belchior se
77 absteve, declarando que o calendário não foi apresentado à Comissão Executiva. Foi
78 iniciada a aprovação das atas dos dias dezesseis, vinte e três e trinta de janeiro de dois
79 mil e dezoito. As atas foram aprovadas com vinte e três votos a favor, nenhum contrário
80 e duas abstenções. Foi iniciado o segundo ponto de pauta sobre a atuação do
81 presidente. O Conselheiro Mauricio Carlos Araujo Ribeiro disse que em outra reunião o
82 presidente do CES esteve presente, mas não houve a discussão do assunto e na
83 reunião corrente não pôde estar presente por motivo de agenda. A Conselheira
84 Solange Gonçalves Belchior disse que deveriam trazer a memória o que foi discutido
85 na última reunião a qual deliberaram que caso de ausência do presidente o pleno iria
86 ao seu gabinete. O Conselheiro Paulo Roberto de Oliveira foi da opinião de que o
87 secretário estava “de brincadeira” com o CES, pois ele deveria estar presente já que o
88 assunto estava na pauta. O mesmo deveria ou ser o Secretário da Secretaria Estadual
89 de Saúde (SES) ou fazer candidatura. O Conselheiro Mauricio Carlos Araujo Ribeiro,
90 representando o presidente, disse que gostaria que os colegas de Conselho tentassem
91 voltar no tempo e pensassem se algo melhorou ou piorou. Disse que estavam sendo
92 feitas tentativas institucionais para que a relação SESxCES melhorasse, citando a
93 disponibilização de viaturas para visitas e que mesmo com escassez de recursos a
94 SES tem preferido disponibilizar as viaturas ao CES do que a outros setores e que
95 esses outros setores têm trabalhado utilizando transporte público. Continuou dizendo
96 que algumas questões não são acolhidas por ainda não saírem da forma correta do
97 CES e pediu respeito quando estivesse presente, pois nunca faltou respeito com
98 ninguém e se sentia desrespeitado quando falavam que estava “de brincadeira”, pois
99 estava trabalhando. Disse que têm respondido os questionamentos do CES, que

100 tentavam fazer o melhor diante da escassez em que se encontrava a saúde. O
101 Conselheiro Elias José da Silva retirou sua proposta de ir ao gabinete do secretário se
102 o Conselheiro Mauricio Carlos Araujo Ribeiro fosse falar em nome dele. O Conselheiro
103 Messias José da Silva disse respeitar o posicionamento do Conselheiro Mauricio
104 Carlos Araujo Ribeiro, mas pediu que respeitasse o posicionamento dos Conselheiros e
105 foi da opinião de que a discussão das questões administrativas do CES precisava ser
106 feita de forma clara e transparente. A Conselheira Solange Gonçalves Belchior disse
107 que o único encaminhamento era continuar a discussão com o Conselheiro Mauricio
108 Carlos Araujo Ribeiro como representante do presidente do CES. A Conselheira Eliane
109 Santos disse que era a segunda vez que ouvia que alguns documentos do CES não
110 eram adequados ou mal formatados, bem como sabia que já havia sido solicitada
111 assessoria jurídica e contábil e ainda não tinham sido respondidas. Questionou alguns
112 pareceres que não retornaram, como o de aumento de recarga do *Green Card* e
113 perguntou por que as respostas não chegam oficialmente ao Conselho e sobre a
114 situação das assessorias. A Conselheira Katia Lopes Siqueira, membro da Comissão
115 de Orçamento e Finanças, disse que a comissão teria enviado e reenviados por várias
116 vezes documentos para prestação de contas da SES e disse que precisavam saber os
117 valores e distribuições para finalizar a prestação. Disse que quando encaminham
118 documento à Comissão, aparentavam serem os mesmos documentos dos enviados
119 anteriores, mas em formato diferente e que a Comissão subentendia que havia algo
120 errado. Por fim perguntou sobre as resoluções que foram aprovadas pelo Conselho e
121 que não foram respeitadas como a abertura de concurso público e finalização de contrato
122 com as Organizações Sociais de Saúde (OSS). A Conselheira Sandra Brandão da
123 Silva agradeceu ao Conselheiro Mauricio Carlos Araujo Ribeiro pelas vezes em que o
124 procurou e puderam conversar, disse que o CES tinha problemas há muitos anos e os
125 Conselheiros tinham problemas entre si, não conseguindo refinar nem os segmentos.
126 Propôs que o presidente disponibilizasse um horário para que fossem encaminhadas
127 pelos articuladores as denúncias. Disse que esperava que a eleição fosse moralizada,
128 que o CES fosse renovado e que enquanto o Regimento Interno desse o direito do
129 Secretário de Saúde ser o Presidente do CES, que ele exercesse o cargo. O
130 Conselheiro Alexandre Vasilenskias pediu novamente que não fosse confundida a
131 relação de pessoa física e jurídica. Concordando com a fala da Conselheira Katia
132 Lopes Siqueira disse que a relação da SES e do CES não deveria ser uma relação de

133 favores, citando que o fornecimento do carro não poderia ser visto como favor, não
134 tinham as assessorias que solicitavam e também falou dos documentos que
135 precisavam assinatura do presidente, pois alguns não estavam sendo assinados pelo
136 posicionamento político do Secretário de Saúde. O Conselheiro Miguel Jorge Gomes
137 de Oliveira foi da opinião de que a dificuldade começou a ser criada na troca de
138 presidência do CES em que as deliberações do CES não estavam sendo respeitadas,
139 que os documentos não estavam sendo assinados, que era constrangedor ficar
140 aguardando o secretário ver documentos que não eram assinados e que o coordenador
141 da Comissão Executiva deveria assinar os documentos. Disse que a relação do
142 SESxCES deveria existir, mas precisava ser uma relação de respeito. Citou que
143 anteriormente tinham três carros e agora só era disponibilizado um. Disse que os
144 documentos solicitados, como na fala na Conselheira Katia Lopes Siqueira, não
145 chegavam como deveriam o que dificultava o trabalho do controle social. Por fim disse
146 que alguns atos da SES não passavam pelo CES, mas depois o documento aparecia
147 para ser aprovado. O Conselheiro Paulo Roberto de Oliveira assumiu ter se alterado
148 em fala anterior e se desculpou. Quis lembrar a todos novamente que há três anos
149 pedia que a gestão se pronunciasse quanto às despesas da prestação de contas da VII
150 Conferência de Saúde. Lembrou a todos que foi decidido que fosse para o Ministério
151 Público (MP) a situação da falta da prestação de contas. Disse que não queria mais
152 fazer parte do CES, pois estava desaprendendo e que não gostava de ser manipulado.
153 O Conselheiro Elias José da Silva perguntou ao Conselheiro Mauricio Carlos Araujo
154 Ribeiro a questão do *Green Card*, pois alguns conselheiros não teriam recebido
155 recargas e outros Conselheiros tiveram suas recargas retiradas. A conselheira Zaira
156 Vanea Gomes da Costa disse querer que suas reivindicações fossem encaminhadas
157 ao presidente. Questionou por que não delegava ao Secretário Executivo o poder de
158 assinatura de documentos que saíam do CES. Perguntou como ficava a questão da
159 APAE e do Teste do Pezinho, pois no fim de fevereiro terminaria o contrato da APAE
160 com a SES e pediu que a renovação não fosse feita antes de discussão no Conselho.
161 Finalizando sua fala, perguntou como se nomeava um Coordenador Geral de Doença
162 Falciforme Estadual que era prestador de serviço, pois nomearam o Sr. Luiz Amorim,
163 diretor do Hemorio, prestador de serviço. A Conselheira Denise Resende Sanches foi
164 da opinião de que o Presidente deveria marcar uma reunião com os Conselheiros.
165 Disse que se a SES trabalhasse com o CES ganharia mais. A Conselheira Solange

166 Gonçalves Belchior disse que o secretário enquanto presidente estava atrapalhando o
167 funcionamento do CES e que sua agenda estava criando enormes dificuldades para
168 atuação do Conselho. Falou sobre OSS que estavam em situação grave, sobre o
169 recurso do Ministério da Saúde que estava sendo represado. Disse que haveria
170 discussão de que o dinheiro era pouco e sobre seu destino. Perguntou o que era feito
171 com recurso que não era empenhado nem liquidado de um ano para outro. Questionou
172 qual era o problema do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), pois a
173 discussão não chegou ao CES. A Conselheira Katia Lopes Siqueira se reinscreveu e
174 continuou questionando a operacionalização do CES, pois havia um orçamento para o
175 Conselho, mas não tinham ciência de nada, que fiscalizavam outras instituições, mas
176 não tinham conhecimento dos próprios gastos. Foi da opinião de que o CES tinha papel
177 importantíssimo no estado e que quem tinha que discutir o planejamento era o
178 Conselho, não a SES. O Conselheiro Mauricio Carlos Araujo Ribeiro respondeu aos
179 questionamentos. Disse que era importante saberem que o CES era montado na ideia
180 de autonomia, pressupondo que tinha uma administração independente, mas na
181 prática, os Conselhos de Saúde não eram unidades orçamentárias e gestoras, nem
182 autônomas para regência orçamentária. A lei utopicamente criava a ilusão da
183 autonomia dos Conselhos. Disse que existia um problema da autonomia que embora
184 criada na lei, no dia a dia ela não existia. Continuou esclarecendo que o CES era parte
185 da estrutura da secretaria, era como mais um órgão, como outra subsecretaria, o que
186 abalava alguns interesses como o orçamento. Disse que na lei orçamentária o
187 Conselho recebia um orçamento de forma contábil e não financeiro o que significava
188 uma estimativa do que poderia ser gasto, como em diversos setores. Dentro do CES,
189 cada solicitação de uso financeiro passa pelos mesmos órgãos como se fossem outras
190 subsecretarias. Disse que ele, como subsecretário jurídico, não podia criar uma norma
191 de contratação de mais pessoas ou aumento de gastos, pois dependeria da SES. Citou
192 exemplos como: contratação dos assessores e aumento de benefício do *Green Card*
193 que precisavam passar pelos setores competentes. Sobre a Comissão de Orçamento e
194 Finanças, disse que poderia ser melhor aparelhada para melhorar a comunicação.
195 Explicou que a prestação de contas era um exemplo de informação que a SES não
196 tinha disponível, visto que o contrato era da Casa Civil. Concordou que o orçamento do
197 CES precisava ser de conhecimento do CES. Quanto ao carro, disse que atualmente
198 não tinham nenhum carro no CES, que a SES já teve frota volumosa e hoje possuía

199 apenas três veículos. O custo é muito alto o que dificulta a administração das frotas. O
200 CES usava os carros como qualquer órgão na SES, mas com prioridade e disse que já
201 houve necessidade de remarcar agenda de outro setor para disponibilizar frota ao CES.
202 Disse que a escassez seria de todo mundo, não só do CES e mesmo assim o
203 Conselho tem sido priorizado. Sobre o contrato com a APAE, disse que como
204 subsecretário seria a favor de manter o contrato e que atualmente, por impossibilidade
205 legal não era possível realizar concurso público. Sobre a reunião com os Conselheiros,
206 levaria ao Secretário. Disse concordar que a questão do Secretário ser Presidente do
207 CES era desconfortável, por questões constitucionais também. Sobre a assessoria
208 jurídica o secretário autorizou a contratação, mas estava em andamento. Sobre as
209 deliberações que não foram publicadas, a Comissão Executiva já tinha encaminhado
210 as deliberações ao Ministério Público. Sobre o PCCS, estava em andamento. A
211 conselheira Katia Lopes Siqueira disse que se preocupava com o recurso fictício e
212 perguntou por que se planejava quando não haveria recurso para executar. O
213 Conselheiro Alexandre Vasilenskias contestou uma fala do Conselheiro Mauricio Carlos
214 Araujo Ribeiro dizendo que o CES era como qualquer Conselho. O Conselheiro
215 Messias Neves da Silva disse que respeitava o Conselheiro Mauricio Carlos Araujo
216 Ribeiro, mas que sairia triste da reunião por que o Conselheiro, como funcionário
217 público, era a favor do contrato com a APAE, visto que a mesma estava em
218 julgamento. O Conselheiro Newton Dias Lourenço perguntou qual era o orçamento do
219 CES à Conselheira Monica Morrisy. A mesma respondeu que em dois mil e dezessete
220 era de trezentos e sessenta e cinco mil reais. O Conselheiro continuou pedindo que
221 fosse dito quanto tinha disponível realmente, não orçar um valor e no fim das contas
222 dizer que não tem. Quanto a APAE, disse que em uma clausula do contrato versava
223 que se não houvesse o alcance do contratado, o mesmo deveria ser suspenso. A
224 Conselheira Solange Gonçalves Belchior propôs que o ponto retornasse com
225 encaminhamentos discutidos pelas Comissões e pela Comissão Executiva. Iniciando o
226 próximo ponto de pauta, Homologação da Comissão Eleitoral, os indicados do
227 segmento do gestor foram Patricia Sant'Anna (SES/RJ) e Miroval Santos Souza
228 (SES/RJ). Os indicados do segmento dos profissionais de saúde foram Rosa Domeni
229 dos Santos (SINMED) e Monica Simone Pereira Olivar (CRESS). Os indicados dos
230 segmentos dos usuários foram Katia Lopes Siqueira (FAFERJ), Messias Neves da
231 Silva (CMS Araruama), Paulo Tavares (CMS Mangaratiba) e Carlos Nicodemos

232 (MNDH). Em regime de votação, os indicados para Comissão Eleitoral foram
233 homologados com vinte e três votos a favor, nenhum contrário e três abstenções. A
234 Conselheira Rosaura Rocha Lima, em sua declaração de voto disse não concordar que
235 na Comissão Eleitoral não pudesse participar quem teria interesse em ser Conselheiro.
236 Iniciando as vistas, os Conselheiros Nanci Rodrigues Santos e Miguel Jorge Gomes de
237 Oliveira disseram que não houve tempo hábil para análise dos documentos e pediram
238 quarentas dias para que analisassem os mesmos. A conselheira Monica Morrissy disse
239 entender que não era possível a aprovação sem uma discussão, houve modificações,
240 adaptações e como membro da Comissão de Fiscalização sugeriu a inclusão do ponto
241 de pauta e que fossem apresentados pela equipe técnica os relatórios do primeiro e
242 segundo quadrimestres. Esclareceu que os relatórios quadrimestrais deveriam ser para
243 apreciação do CES e não para aprovação. Disse não ter entendido o pedido de vista, já
244 que o relatório não tinha sido apresentado. A Conselheira Solange Gonçalves Belchior
245 lembrou que no Regimento a vista precisava ser apresentada na reunião seguinte e
246 perguntou como entenderiam algo que se quer foi apresentado. Disse que o que a
247 Conselheira Monica Morrissy estava esclarecendo era que seria feita uma
248 apresentação e não havia pronunciamento em aprovar ou reprovar, pois o relatório era
249 parcial e a aprovação era apenas após o fechamento do terceiro quadrimestre. Foi da
250 opinião de que os Conselheiros que pediram vistas nunca estariam esclarecidos, visto
251 que não houve apreciação. Propôs que a secretaria fizesse a apresentação e os
252 Conselheiros fariam os questionamentos e tirariam suas dúvidas. O Conselheiro Miguel
253 Jorge Gomes de Oliveira perguntou como seriam analisados os quadrimestres de dois
254 mil e dezessete se não foram analisados os de dois mil e quatorze, dois mil e quinze e
255 dois mil e dezesseis. A Conselheira Tereza Christina A. Fernandes quis lembrar aos
256 presentes que a lei dizia que era obrigação da gestão entregar o relatório para ser
257 apreciado pelo CES e uma vez que o CES não emitia o parecer, a responsabilidade
258 passava a ser do Conselho. O Conselheiro Mauricio Carlos Araujo Ribeiro disse que
259 não havia impedimento na análise do ano de dois mil e dezessete caso não fossem
260 analisados aos anos anteriores. Em regime de votação, a apresentação do primeiro e
261 segundo quadrimestre de dois mil e dezessete foi adiado para a reunião extraordinária
262 do dia vinte e março como pauta única com vinte e quatro votos a favor, nenhum
263 contrário e quatro abstenções. A Conselheira Rosaura se absteve, pois não estariam
264 adiando a pauta, já que a pauta era a vista e sim estavam propondo nova pauta. O

265 Conselheiro Miguel Jorge Gomes de Oliveira leu o calendário de eventos do CES de
266 dois mil e dezoito: Encontro de Presidente e Secretarias Executivas em dez de maio,
267 Segunda etapa do Conselho Presente em vinte e um e vinte e dois de março no
268 município de Miracema, a terceira etapa em dezanove e vinte de abril em Queimados,
269 quarta etapa na primeira quinzena de maio na região Serrana, o Seminário de Saúde
270 Mental em dezesseis de maio, Capacitação de Conselheiros Estaduais de Saúde em
271 sete de junho, Seminário sobre Hemodiálise em vinte e um de junho, Seminário de
272 Anemia Falciforme em vinte e nove de outubro, no dia vinte e três de agosto seria o
273 evento da Saúde do Trabalhador. Em regime de votação, quinze votaram a favor, dois
274 foram contrários e sete se abstiveram. As datas foram aprovadas e seriam
275 encaminhadas por e-mail. A Conselheira Rosaura Rocha Lima, em sua declaração de
276 voto, disse apreciar o trabalho da Comissão, mas a mesma não era o Conselho e o
277 trabalho da Comissão de Educação Permanente deveria ter passado pela Comissão
278 Executiva e depois sido encaminhado ao pleno. Iniciando os informes, o Conselheiro
279 Sebastião Pirai informou que no dia vinte e cinco e vinte e seis de janeiro aconteceu
280 Fórum em Macaé para renovação da grade do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e
281 dia três de março seria a posse da nova gestão. A Conselheira Renata Campos
282 Velasque disse que houve descontos nas complementações salariais dos funcionários
283 que seriam por valores a mais que teriam sido depositados, mas esses valores não
284 foram depositados a mais como estava sendo dito. O Conselheiro Messias Neves da
285 Silva foi da opinião de que a notícia era gravíssima, pois quem trabalhava teria direito a
286 receber e disse que haveria Fórum Mundial em Brasília sobre problemas da água, em
287 março. A Conselheira Denise Resende Sanches disse que dia vinte e três, às dez
288 horas, na Av. Presidente Vargas, número quinhentos e dois, décimo andar, o Sindicato
289 dos Enfermeiros (SINDENFRJ) faria uma Assembleia sobre a falta de salários dos
290 funcionários da saúde. O Conselheiro Miguel Jorge Gomes de Oliveira disse que na
291 Conferência da Mulher a Conselheira Mara Chirstina Martins Freire teria tomado
292 atitudes no início da conferência que geraram transtornos, os quais o CES teve que
293 resolver e disse que não acataria que a Conselheira fosse contrária a Comissão da
294 Conferência de Vigilância em Saúde, pois cumpriram com as exigências do regimento.
295 Solicitou que o pleno aprovasse uma Comissão de Ética devido a forma com que a
296 Conselheira, em diversos momentos, foi contrária a Comissão Organizadora. Informou
297 que conversou com o presidente do CMS de Angra dos Reis que teria dito que a

298 pessoa que iria a Conferência Nacional não poderia mais ir e teria aberto mão da vaga.
299 A Conselheira Nanci Rodrigues Santos disse que esteve em Brasília do dia sete ao dia
300 nove, como coordenadora, de plenária representando o Rio de Janeiro. Informou que
301 no dia sete todos os presidentes de conselhos foram chamados para uma reunião e
302 pediram assinatura para revogar a emenda constitucional noventa e cinco de dois mil e
303 dezesseis. Comunicou que a Semana da Saúde de dois mil e dezoito seria de dois a
304 oito de abril. Em quatro e cinco aconteceria a XXI Plenária Nacional de Conselho de
305 Saúde e teriam que ser escolhidos quatro Conselheiros para participarem. Informou
306 que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) estaria presente no Fórum Social Mundial e
307 gostaria que cada estado enviasse um coordenador. O Conselheiro Paulo Roberto de
308 Oliveira, enquanto representante da Comissão Organizadora da VII Conferência de
309 Saúde do Estado do Rio de Janeiro, pediu à mesa, aos membros da Comissão de
310 Fiscalização e Finanças e à Coordenadora da Comissão Executiva que na próxima
311 reunião houvesse ponto de pauta para discussão da prestação de contas. Comunicou à
312 Comissão Eleitoral que no dia vinte e dois de março seria realizada a eleição da sua
313 região, em Barra do Piraí, no auditório da Santa Casa e convidou dois representantes
314 do CES para fazerem a coordenação da eleição. A Conselheira Solange Gonçalves
315 Belchior, falando para os representantes do interior, disse que a Associação Brasileira
316 de Enfermagem (ABEN) estava fazendo um evento estudantil para alunos de
317 enfermagem de nível médio nos dias seis e sete de abril e o objetivo era discutir a
318 inserção dos estudantes na política do SUS. Pediu aos representantes do interior que
319 pudessem encaminhar contatos de diretores e coordenadores de cursos das regiões.
320 Nada mais havendo a tratar, a coordenadora da Comissão Executiva encerrou os
321 trabalhos às treze horas e trinta minutos. Eu, Marcella Serpa dos Santos de Araújo,
322 Assistente Técnico, lavrei a presente ata.

323

324 Flavio Campos da Silva

325 Secretário Executivo